



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1707619 - SP (2017/0250878-0)

RELATORA : **MINISTRA REGINA HELENA COSTA**
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE MAIRIPORÃ
RECORRIDO : MARGARIDA LUCIA DA SILVA
RECORRIDO : DARCI INACIO DA SILVA MATTOS
RECORRIDO : FAUSTINO PAULINO DE MATTOS
RECORRIDO : LUCIANO INACIO DA SILVA
RECORRIDO : PAULO INÁCIO DA SILVA
RECORRIDO : RITA SOARES DOS SANTOS SILVA
RECORRIDO : VITOR MARIANO DA SILVA
RECORRIDO : CRISTINA MARIA RODRIGUES CESAR SILVA
RECORRIDO : MARCOS INACIO DA SILVA
RECORRIDO : JANE MARIA DA SILVA
RECORRIDO : LUCIA INACIO DA SILVA
RECORRIDO : ADMAR LOPES DA SILVA
RECORRIDO : MARTA DONIZETE MODESTO DA SILVA
RECORRIDO : ELIAS BEZERRA
RECORRIDO : TANIA SUELY DUARTE
RECORRIDO : ANTONIO PAULA
RECORRIDO : BENEDITA BUENO DE PAULA
RECORRIDO : JOAO BORDENSE DE SOUZA
RECORRIDO : MARIA APARECIDA DE SOUZA
RECORRIDO : AROLDO GABRIEL OLIVEIRA
RECORRIDO : JULIO CESAR GOMES DOS SANTOS
RECORRIDO : JOAO GONCALVES DE ALMEIDA
RECORRIDO : BENEDITO THOMAZ PEREIRA
RECORRIDO : PASTORA MONTORO PEREIRA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO** contra acórdão prolatado, por maioria, pela 1ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 492e):

LOTEAMENTO CLANDESTINO – PEDIDO DE DESFAZIMENTO, COM DEMOLIÇÃO DAS CASAS JÁ CONSTRUÍDAS – LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO – EMPREENDEDORES, MUNICIPALIDADE, ADQUIRENTES E OCUPANTES – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO

DESPROVIDO, COM OBSERVAÇÃO.

No dano ambiental e urbanístico, a regra geral e a do litisconsórcio facultativo, logo, mesmo havendo múltiplos agentes poluidores, não existe obrigatoriedade na formação do litisconsórcio, abrindo-se ao autor a possibilidade de demandar qualquer um deles, isoladamente ou em conjunto, pelo todo. Contudo, como única forma de garantir plena utilidade e eficácia à prestação jurisdicional, impõe-se o litisconsórcio necessário entre o loteador, os adquirentes e os ocupantes dos lotes, se estes alteram a situação física da área ou realizam obras que, ao final, precisarão ser demolidas ou removidas.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 517/523e).

Com amparo no art. 105, III, a e c, da Constituição da República, além de divergência jurisprudencial, aponta-se ofensa ao art. 275 do Código Civil, arts. 46, parágrafo único, e 535, II, do Código de Processo Civil de 1973, bem como aos arts. 3º, IV, e 4º, VII, da Lei n. 6.938/1981, alegando-se, em síntese, omissão no acórdão recorrido, e a prescindibilidade da “inclusão de todos os eventuais ocupantes, adquirentes e possuidores de lotes” no polo passivo da ação civil pública, porquanto o litisconsórcio é facultativo (fl. 538e).

Sem contrarrazões (fl. 544e), o recurso foi inadmitido (fl. 545e), tendo sido interposto Agravo, posteriormente convertido em Recurso Especial (fls. 575/576e).

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 584/587e.

Feito breve relato, decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

Nos termos do art. 557, *caput* e § 1º-A, do estatuto processual, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a, respectivamente, negar seguimento a recurso ou a pedido manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da respectiva Corte ou Tribunal Superior, e dar provimento ao recurso quando o acórdão recorrido estiver em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da respectiva Corte ou Tribunal Superior.

De pronto, não conheço da apontada violação ao art. 535 do Código de Processo Civil, porquanto o recurso se cinge a alegações genéricas e, por isso, não demonstra, com transparência e precisão, qual seria o ponto omissivo, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido, bem como a sua importância para o deslinde da controvérsia, o que atrai o óbice da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicável, por analogia, no âmbito desta Corte.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. AFASTAMENTO. AUSÊNCIA DE INÉRCIA DO CREDOR. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO.

1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissa, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.

(...)

(AgRg no REsp 1.450.797/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/06/2014, DJe 11/06/2014).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF. SERVIDOR PÚBLICO. PROFISSIONAL DA ÁREA DA SAÚDE. IMPOSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ELEITA. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Quanto à alegação de negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que, apesar de apontar como violado o art. 535 do CPC, a agravante não evidencia qualquer vício no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao citado dispositivo, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 422.907/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2013; AgRg no AREsp 75.356/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 21/10/2013.

(AgRg no AREsp 318.883/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/06/2014, DJe 01/07/2014 – destaques meus).

Por outro lado, no que toca ao mérito do recurso, conforme se depreende da petição de fls. 2/36e, o *Parquet*, ora Recorrente, ajuizou ação civil pública na origem, visando a tutela do patrimônio público, mais especificamente, de espaço ambiental especialmente protegido e do ordenamento urbanístico.

Nesse contexto, verifico que o acórdão recorrido está em confronto com a orientação desta Corte segundo a qual nas ações civis públicas ambientais e urbanísticas não existe litisconsórcio passivo necessário entre eventuais corresponsáveis, sendo caso de litisconsórcio passivo facultativo, consoante espelham os precedentes assim ementados:

AMBIENTAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ALEGADOS DANOS DECORRENTES DO FUNCIONAMENTO DOS CHAMADOS "POSTOS DE PRAIA", LOCALIZADOS NA PRAIA DE JURERÊ INTERNACIONAL, NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. DEFICIÊNCIA DE

FUNDAMENTAÇÃO QUANTO À SUSTENTADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 6º E 472 DO CPC. CASO EM QUE, DE ACORDO COM A EXORDIAL DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA, OS AVENTADOS DANOS AMBIENTAIS SERIAM CAUSADOS, POR MÃO PRÓPRIA, PELAS EMPRESAS LOCATÁRIAS DOS CITADOS ESTABELECIMENTOS. ADEMAIS, NA HIPÓTESE EM EXAME, O EVENTUAL ACOLHIMENTO DOS PEDIDOS FORMULADOS NA AÇÃO, PARA ALÉM DO RÉU LOCADOR, ATINGIRÁ, INDIVIDUOSAMENTE, A ESFERA JURÍDICOPATRIMONIAL DAS LOCATÁRIAS. CARACTERIZAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO, NOS TERMOS DO ART. 47 DO CPC. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, PROVIDO.

(...)

3 - A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que, nas ações civis públicas por danos ambientais e urbanísticos, a regra geral é a do litisconsórcio facultativo.

(...)

7- Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido para determinar que as associações autoras sejam intimadas a promover a citação das empresas locatárias que exploram os imóveis alegadamente causadores de danos ambientais, na forma e sob as cominações do art. 47 do CPC.

(REsp 1.383.707/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/04/2014, DJe 05/06/2014 – destaques meus).

PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANOS AMBIENTAIS. CONSTRUÇÃO IRREGULAR. CITAÇÃO DO CÔNJUGE CO-PROPRIETÁRIO. LITISCONSÓRCIO PASSIVO FACULTATIVO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS POLUIDORES DIRETOS E INDIRETOS.

1. O acórdão recorrido está em dissonância da compreensão sedimentada no STJ, pois a formação de litisconsórcio passivo necessário com o cônjuge do agente poluidor não prospera, tendo em vista que a responsabilidade por danos ambientais é solidária entre o poluidor direto e o indireto, o que permite que a ação seja ajuizada contra qualquer um deles, sendo facultativo o litisconsórcio. Tal conclusão decorre da análise do inciso IV do art. 3º da Lei 6.938/1981, que considera "poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental". Nesse sentido: AgInt no AREsp 839.492/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 6.3.2017; AgRg no AREsp 224.572/MS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 11/10/2013; REsp 880.160/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 27/5/2010; e REsp 771.619/RR, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 16/12/2008, DJe 11/2/2009.

2. Recurso Especial provido.

(REsp 1.694.032/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 21/11/2018).

Posto isso, com fundamento no art. 557, *caput* e § 1º-A, do Código de Processo Civil, **CONHEÇO PARCIALMENTE** do Recurso Especial, e, nessa extensão, **DOU-LHE PROVIMENTO**, para determinar o retorno dos autos à origem, a fim de que o feito seja processado e julgado nos termos expostos.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

REGINA HELENA COSTA

Relatora